

“ESTAS EM VOSSA CASA. ESTE É O LUGAR DOS AMERICANOS”: FERNANDO DE NORONHA E A GUERRA FRIA

GRAZIELLE RODRIGUES DO NASCIMENTO*

O arquipélago de Fernando de Noronha sempre representou um ponto significativo à ocupação do Brasil. Primeiro, por sua característica de ancoradouro e estuário natural e por uma rica biodiversidade ecológica, que ofereceu aos navegadores que transitavam em sua rota, importante apoio para a sobrevivência. Segundo, por ter representado um ponto estratégico para os navios estrangeiros, com sua característica de porto natural a ancoragem, para a invasão das terras recém-conquistadas pelos portugueses: a Terra de Santa Cruz.¹ Um exemplo disso é o período das “descobertas” portuguesas, cujos registros a retratam como uma “notável ilha no meio do mar”. Ali, se podiam “ancorar todos os navios” para se abastecerem com as “águas doces e correntes, infinitas árvores e inúmeras aves marítimas e terrestres” (COSTA, 1887).

Por conta da sua particular posição no Atlântico Sul, foi bastante disputada pelos holandeses e franceses, que chegaram para ali se estabelecerem nos séculos XVI e XVII (ESG, 1960). Esses últimos (os franceses) serviram de alerta à Capitania Pernambucana e à Coroa Portuguesa quanto ao potencial geoestratégico apresentado pela ilha. Resolveram, então, ocupá-la de tal forma que, a partir de 1737, era criado um dos mais significativos exemplares de defesa da história das fortificações portuguesas no Brasil – *A Vila dos Remédios*. Ainda é possível observar a estrutura montada para esse período em que datam a Fortaleza dos Remédios, a Igreja dedicada a Nossa Senhora dos

* Historiadora-mestre da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha/ADEFN; Email: graziellerodrigues379@hotmail.com; grazielle.nascimento@noronha.pe.gov.br

¹ Sobre a história da ilha de Fernando de Noronha entre os séculos XV e XIX ver: Beatriz de Lalor Imbiriba *História de Fernando de Noronha*. Imprensa Industrial. Recife, 1951; Guilherme Auler *Os Fortes de Fernando de Noronha*. In: Revista do Arquivo Público. 2º semestre, Recife, 1946; Lisias Rodrigues *Fernando de Noronha*. In: Revista do Instituto Arqueológico, histórico e geográfico de Pernambuco. Vol. XXXVIII. Pernambuco, 1943; Duarte Leite *Quem Descobriu a Ilha de Fernando de Noronha*. IN: Revista do Instituto Arqueológico, histórico e geográfico de Pernambuco Vol. XL. Pernambuco, 1945; Mário Melo *O Arquipélago de Fernando de Noronha*. IN: Revista do Instituto Arqueológico, histórico e geográfico de Pernambuco Vol. XVIII. Imprensa Industrial. Pernambuco, 1919; Francisco Pereira da Costa *A ilha de Fernando de Noronha*. Pernambuco, 1887; Orlando Machado; Joaquim de Souza Leão; Campos de Aragão *Guardando o Céu nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, volume 147, 1950; Amorim Neto *Fernando de Noronha*. Editora A Noite. 2ª edição – Rio de Janeiro, 1946. Sem contar os relatórios militares que narram parte da história da Ilha de Fernando de Noronha.

Remédios e o prédio da antiga Diretoria do Presídio, construções que faziam parte do sistema prisional, que durou cerca de duzentos e um anos, tomados como estratégias para a ocupação do lugar e para a defesa da rota comercial entre o velho e o novo mundo. É neste contexto que se desenvolveu a trajetória histórica e os elementos do imaginário sobre o arquipélago de Fernando de Noronha, presentes em alguns estudos sobre a Ilha.

Especialmente nesse trabalho, também como um desdobramento de sua história, destacaremos o objeto da pesquisa, que agrega à Ilha a partir de 1956: *o caráter militar*, bem como a idéia da utilização de Noronha, como unidade de operação e de manobras militares no meio do Oceano Atlântico, como ponto estratégico de defesa dos interesses do país, e também, reduto de defesa dos interesses de países aliados em águas internacionais e, em função disso, a insurgência de discursos, como forma de manifestação de grupos nacionalistas de direita, centro-direita e de esquerda em torno da salvaguarda da soberania nacional brasileira.

Alguns documentos do século XIX, que relatam o cotidiano prisional do arquipélago, já chamavam a atenção do governo sobre a importância em conservá-la como plano estratégico em pleno Oceano Atlântico, “porque não somente serve de correção aos facinorosos, como que é a chave do norte do Brasil”² para no caso de uma invasão por nação inimiga. Perceber a posição geoestratégica que a Ilha de Fernando de Noronha possuía dentro de um plano de defesa do Atlântico para o período da Guerra Fria engendra entender como discursos em torno da presença dos Estados Unidos no cotidiano do Arquipélago eram construídos entre os anos de 1956 e 1962. Esta presença estrangeira em solos insulares se articulava através de falas que garantiam ao hemisfério ocidental a “solidariedade continental contra a estratégia soviética de penetração”³ e a “luta contra o comunismo e pela liberdade”⁴, inserindo a ilha como um dos palcos da Guerra Fria.

Tida por alguns como “um pedaço de paraíso” (DANTAS, 2005), Fernando de Noronha comporia um ambiente de guerra, em que brasileiros e norte-americanos

² APEJE-PE; Arquivos Permanentes; série FN; volume 02; fl. 352; 18 de agosto de 1838.

³ APEJE-PE, Hemeroteca; Diário de Pernambuco; quinta-feira; 29 de março de 1956 – SOLIDARIEDADE CONTINENTAL.

⁴ Diário de Pernambuco; sexta-feira; 02 de março de 1956 – ACIMA DA POLÍTICA, NO COMBATE DO COMUNISMO - DECLARAÇÃO DE EISENHOWER.

conviviam sob a garantia de que o hemisfério ocidental estaria livre de qualquer ameaça vinda por parte da URSS (no caso do comunismo) e, assim, viria a “preservar a paz, como base para o estabelecimento de um mundo melhor”.⁵ Tal fato pode ser percebido na manutenção das relações entre os governos de Washington e o de Juscelino Kubitschek, já que no argumento do presidente brasileiro em relação aos Estados Unidos, proferido na Casa Branca, propagava-se a idéia de sermos “irmãos pela alma e amigos por tradição” (WRZOS, 1960 pp 24), aspectos reforçados pelo vice-presidente norte-americano Nixon, que acentuava o vínculo entre os dois países: “a devoção pelos princípios americanos” (IDEM, pp 27).

Portanto, tomando os aspectos ora esboçados, o século XX destinou ao arquipélago a tarefa de servir em nome da defesa atlântica e, conseqüentemente, garantir a defesa de todo o hemisfério Ocidental, já na Segunda Guerra Mundial, a favor dos Aliados, traço que seria perpetuado no pós-guerra.

Diante deste contexto ora esboçado, o ano de 1956 insere a ilha de Fernando de Noronha nas relações da política externa entre Brasil e Estados Unidos, encerrando a ilha como um dos vértices a manutenção da Democracia defendida pelo lado estadunidense, objeto da narrativa histórica aqui apresentada.

Em 1956, alguns jornais do Estado de Pernambuco publicavam em suas folhas a notícia sobre a cessão da Ilha de Fernando de Noronha à instalação de uma base militar dos Estados Unidos. Manchetes do tipo “vigorará pelo prazo de cinco anos sujeito a prorrogação”⁶, eram trazidas pelo Diário de Pernambuco como título, argumentando sobre a defesa do território brasileiro, bem como de todo o continente americano. O governo do Brasil cedia ao dos Estados Unidos parte da Ilha de Fernando de Noronha para a construção e instalação de um posto de observação de teleguiados (POT). A função de Fernando de Noronha era de acompanhar os experimentos de projéteis teleguiados lançados no Cabo Canaveral, na Flórida (USA).

⁵ Jornal do Comércio, 11 de março de 1950. Segundo o ministro Raul Fernandes em discurso proferido num jantar de recepção à comissão norte-americana reunidos no Rio de Janeiro para a 3ª Conferência de embaixadores da América.

⁶ Diário de Pernambuco, 22 de janeiro de 1957.

Ainda conforme a matéria, o ajuste de cessão da ilha era “complemento dos atos diplomáticos anteriormente assinados [antes de 1956], especialmente o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca”.⁷

Diante do quadro que configurava a ilha, grupos pertencentes a uma esquerda antiamericana começava a desenhar um cenário de inquietações e contestações a respeito dos “yankees”⁸ em território brasileiro. Periódicos como a Folha do Povo e a Folha da Manhã, que seguiam uma linha de esquerda, apimentavam o argumento de que estava sendo violada a soberania brasileira ao ser entregue a ilha ao “infamante acordo de cessão”⁹ e que “constitui ato condenável sob todos os aspectos”.¹⁰ Por outro lado, outras manchetes destacavam a posse de um novo presidente brasileiro, Juscelino Kubitschek, ressaltando a “cooperação amigável” que existia entre os governos brasileiro e americano desde o tempo da Segunda Guerra. Estas informações circulavam na sociedade pernambucana caracterizada pela Guerra Fria (1956-1960) em confluência a um clima de esperança para o desenvolvimento do Brasil, sob o lema de *50 anos em 5*, mas também configurava uma clara contradição ou jogo de forças opostas nos discursos *pró e contra* a presença americana em Noronha, cujo estrangeiro era acusado de propiciar uma política “a beira da guerra”¹¹, como também, “de zelar pelas liberdades e pela nossa soberania”.¹²

Com base nisso, entender a Ilha de Fernando de Noronha como um dos palcos da Guerra Fria, a destaca como uma das unidades nucleares de defesa na rota do Atlântico, que garantia “o controle e o acesso aos céus e as terras do Brasil” (VIEIRA, 1958, pp 18), estando irremediavelmente inserida no contexto internacional da Guerra Fria, reforçada, portanto, pela presença americana que toma a Ilha de Fernando de Noronha como imperativo de defesa para essas rotas. A Segunda Guerra Mundial marca

⁷ Diário de Pernambuco, 22 de janeiro de 1957.

⁸ A expressão designava, originalmente, os habitantes dos estados do Norte dos Estados Unidos, durante a Guerra de Secessão. Com o passar do tempo começou a ser utilizado para se referir aos estrangeiros de nacionalização estadunidense. Dependendo do discurso construído e por quem o construa, esse termo pode tender a uma conotação pejorativa, referindo-se aos Estados Unidos (americanos) como um invasor.

⁹ Folha da Manhã, 01 de março de 1957.

¹⁰ Folha do Povo, 03 de fevereiro de 1957.

¹¹ Diário de Pernambuco, 11 de fevereiro de 1956.

¹² Jornal do Comércio, 29 de outubro de 1957.

o início da passagem americana no arquipélago de Fernando de Noronha que a retoma com o ajuste de cessão (de 1956), cujos laços político-militar entre Brasil e Estados Unidos direcionavam à construção de um discurso imbuído pelo temor de um terceiro conflito mundial, em que a salvaguarda da soberania brasileira dependia da assistência americana na defesa desta ilha, como também do monitoramento da costa nordeste brasileira.

A história da relação do Brasil com os Estados Unidos em que ora a política externa brasileira se alinhava à política americana – principalmente quando a questão era a segurança das democracias na América Latina – ora era tida como uma forma de barganha para o desenvolvimento brasileiro, como presenciamos nos governos de Getúlio Vargas (1952-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1960) – se encontra diretamente ligada a esta funcionalidade estratégica de Fernando de Noronha cuja ideia de Soberania se dava quando esta era tida enquanto “elemento essencial para a existência do Estado e, com base em conceito jurídico tradicional, é o poder exercido por uma entidade estatal que tem como característica a conjugação de autonomia e de independência” (OLIVEIRA, 2006), em que a fronteira política é a sua separação, segundo Jean Baptist Duroselle, em sua obra *Todo Império perecerá* (2000).

As informações trazidas pelos jornais construía dois grupos significativamente distintos em ação e objetivos: os “nacionalistas” e os “entreguistas”. Jorge Ferreira (2003) configura esse quadro entre: os chamados de “nacionalistas de esquerda”, que defendiam a soberania pelos trabalhadores sem se envolver com a ideologia do anticomunismo; os “nacionalistas direitistas”, a exemplo de Goés Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, simpáticos ao nacionalismo, sem trégua ao comunismo e um terceiro grupo que formava a ala “cosmopolita de direita”, radicalmente anticomunista, antitrabalhista e adversária do nacionalismo. Estes últimos defendiam a abertura ao capital estrangeiro e o alinhamento incondicional dos Estados Unidos (FERREIRA & DELGADO, 2003, pp 320).

O fio que costura o que acontecia em Noronha ao que acontecia no “mundo lá fora”¹³, encontra-se nos argumentos em torno da segurança e soberania nacionais e a

¹³ Expressão utilizada pelos que passaram pela Ilha, como também pelos que residem nela até hoje. Em 1944, o capitão Rube Canabarro Lucas tentando ter uma idéia do isolamento vivido na Ilha de Fernando de Noronha, percebia que os habitantes se referiam ao continente como “o mundo”. Em conversas sempre ouvia esta expressão: “lá no mundo é assim; aqui não”, ou “quando voltar ao mundo” (Imbiriba; op. cit. pp. 37). Na tese de doutorado, a antropóloga Janirza Cavalcante define

defesa das águas do Atlântico e vai costurando o movimento da política, e assim cria uma teia histórica com a relação Brasil Estados Unidos, bem como Estados Unidos Noronha. O problema é: De que forma Noronha vai sendo introduzida como um dos vértices para a salvaguarda do território brasileiro, contribuindo também para a defesa do hemisfério? Por que ela entra como ‘moeda’ nos acordos militares?

Essas perguntas encontram eco e respostas nos recortes dos jornais quando esses constroem discursos em torno do americano. Enquanto o Diário de Pernambuco apresentava tendência a uma posição pró-americana, inclusive sendo acusado pela Folha do Povo de servir enquanto “boletim do consulado americano”¹⁴, a Folha do Povo deixava claro o posicionamento frente não apenas à cessão do arquipélago aos EUA, mas também, à presença americana no território brasileiro como um todo: “o perigo”.¹⁵ O Jornal do Commercio optava por uma posição dúbia que, às vezes, o confundia com a Folha da Manhã. No entanto, nos quatro periódicos, a cessão do arquipélago rendia discussões homéricas e que ultrapassava os limites desejados pela política internacional, já que tudo em torno da cessão era passível de servir como matéria de jornal, incluindo até a opinião do “pacato morador” da Ilha de Fernando de Noronha sobre “a ida do americano”, algo apenas realizado pelo Diário de Pernambuco (setembro de 1958), como se isso reforçasse o discurso de que o americano era *amigo*, já que traria riqueza com o dólar.

A Ilha de Fernando de Noronha era tomada como parte de uma exposição de poder cujo teor era a noção de territorialidade, fator que constrói a soberania de uma nação, ou ainda, constrói a idéia de Nação. Segundo os teóricos do Direito Internacional, o que faz uma nação soberana são três elementos: território, povo e governo. Neste sentido, tratar de Noronha é um Estado de Direito que até pode adentrar num direito natural de ser lugar do Brasil e dos brasileiros em que o Estado tem resguardado a sua soberania enquanto gestor dessa territorialidade. “O Estado tem o

duas categorias sociais em torno dos espaços continental e insular: “os de fora” e o “homem insular fernandino”. Segundo ela, para “os de fora” (os continentais), o arquipélago ainda é um espaço à margem, proscrito, distanciado e imaginariamente transgressor. (DA ROCHA LIMA, op. cit. pp. 57 - 59). Para Clarice Peixoto, os termos “aqui dentro” em contraposição ao “lá fora”, datam do tempo do presídio, quando a expressão mais utilizada para tratar o continente era “o mundo”. (PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Fernando de Noronha: ilha de sonho e de assombração*. Dissertação de mestrado em Antropologia social – Rio de Janeiro, 1983. pp. 44).

¹⁴ Folha do Povo, quarta-feira, 08 de março de 1956.

¹⁵ Folha do Povo, 10 de novembro de 1957.

direito de defender a sua **integridade e independência**, de promover a sua conservação e prosperidade, (...) de se organizar como melhor entender”¹⁶, mesmo antes de ser reconhecido. “A jurisdição dos Estados nos limites do território nacional exerce-se igualmente sobre todos os habitantes, quer sejam nacionais ou estrangeiros”.¹⁷ E aí, para os nacionalistas, a presença dos militares americanos era tomada como uma ameaça, por ferir a integridade (soberania) do Brasil, que se contrapõe ao que o governador do Território Federal de Fernando de Noronha, na época, Major Abelardo Mafra, achava: como sendo apenas “um cumprimento à nova geopolítica de segurança internacional”¹⁸ contra a expansão do comunismo (da União Soviética) e a proteção do Nordeste brasileiro, caso acontecesse um terceiro conflito mundial.

O que foi realizado em Fernando de Noronha foi uma estratégia militar articulada entre duas nações com propósitos muito bem definidos para a segurança de um centro hegemônico norte-americano. Segurança esta que se apóia no princípio elementar da defesa da soberania do Estado, pois “as fronteiras nacionais delimitam objetivamente o campo de ação das suas outras atividades de segurança e definem, geograficamente, as suas responsabilidades e os seus direitos inalienáveis, face aos interesses e objetivos nacionais dos outros Estados” (TAVARES, 1958, pp 157-158).

Por outro lado, alguns militares brasileiros mostram certa preocupação frente às decisões acertadas entre Brasil Estados Unidos. Especificamente, aqueles que se encontravam na ilha eram alvo de críticas por parte dos nacionalistas, que ainda patrocinavam uma campanha contra a presença norte-americana no arquipélago de Fernando de Noronha. Para esses a segurança do território brasileiro estava ameaçada, por entender que a segurança do território

*é o princípio elementar da defesa da soberania dos Estados, pois as fronteiras nacionais delimitam, objetivamente, o campo de ação das suas outras atividades de segurança e definem, geograficamente, as suas responsabilidades e os seus direitos inalienáveis, face aos interesses e objetivos nacionais dos outros Estados*¹⁹.

¹⁶ Carta da Organização dos Estados Americanos; Capítulo IV - Direitos e Deveres Fundamentais dos Estados. Artigos 13 e 16. **Grifos meus.**

¹⁷ Idem.

¹⁸ Correio do Povo, 27 de junho de 1957.

¹⁹ TAVARES, op. cit. pp 157-158.

Portanto, o arquipélago de Fernando de Noronha era um lugar de fronteira entre comunistas e capitalistas na geopolítica da Guerra Fria, por estar a serviço da política norte-americana, enquanto sentinela ao desenvolvimento da energia nuclear e da tecnologia de mísseis, tidos como o que havia de mais avançado em termos de equipamento militar à defesa e à segurança, não apenas do hemisfério ocidental, mas, especificamente, dos Estados Unidos. Esse era o motivo dos *segredos* velados na Ilha de Fernando de Noronha em torno dos MILS (Missile Impact System Center).

As contrapartidas adquiridas pelo Brasil nessa negociação são consideradas pequenas em relação à importância que a ilha adquiria nesse tempo em que a sua posição geoestratégica a colocava como ponto central a todo e qualquer movimento no centro do Atlântico.

Neste sentido, toda a conjuntura política desenvolvida pelo governo juscelinista imbricava-se com o cotidiano da ilha quando essa é tida como “um elo importante” no combate ao comunismo.²⁰ Os discursos de combate a essa ameaça, fazia da soberania brasileira, bem como a salvaguarda da democracia do mundo livre, temas constantes nas preocupações de quem a dirigia.

Transformada numa base de observação de projéteis teleguiados intercontinentais²¹ (ICBM), o americano mudava a feição da ilha, que aos poucos ia se tornando a “11ª base do sistema de controle dos moderníssimos ‘missiles’ norte-americanos”²², cuja tecnologia produzida a partir dos testes com os mísseis intercontinentais aproximava o arquipélago de Fernando de Noronha a um ambiente, em que a disputa pela liderança na “corrida espacial”²³, consolidava ainda mais a

²⁰ Diário de Pernambuco, sexta-feira, 02 de março de 1956 - ACIMA DA POLITICA, NO COMBATE AO COMUNISMO.

²¹ Diário de Pernambuco, 15 abril de 1958.

²² Idem.

²³ Desde a segunda metade dos anos 50, Os Estados Unidos e União Soviética estavam envolvidos em outra competição além da corrida nuclear: a disputa pelo desenvolvimento da tecnologia de exploração espacial. Os soviéticos se adiantavam e lançavam, em outubro de 1957, o Sputnik I, 1º satélite artificial a ser colocado em órbita da Terra. Menos de um mês depois, lançavam um segundo satélite, dessa vez transportando um ser vivo (uma cadela). Os norte-americanos, considerados como uma das áreas estratégicas da Guerra Fria, em 1958, iniciava um vasto programa espacial, através da criação da NASA (National Aeronautics and Space Administration), do Projeto Apolo. Mesmo com todos os esforços americano em superar os russos, foram eles que em 1961 enviaram ao espaço um satélite ocupado pelo 1º ser humano (Iuri Gagarin) que permaneceu 108 minutos em órbita. Em 1969, como um dos resultados do Projeto Apolo, e para demonstrar o poder americano neste cenário tecnológico, os EUA lançavam dois astronautas ao espaço. Só que dessa vez, diferente dos russos, esses desciam a Lua. DIAS JÚNIOR, José Augusto & ROUBICEK, Rafael. *Guerra Fria, a era do*

permanência da divisão política internacional entre americanos e russos, tanto na liderança dessa tecnologia, como na geopolítica internacional.

Neste sentido, Fernando de Noronha estava na mira da rota de colisão da Guerra Fria, como alvo irreversível de uma possível guerra nuclear, assim como as cidades nordestinas de Natal e Recife, ligadas militarmente à defesa do Oceano Atlântico e que encerrava a Ilha de Fernando de Noronha na história da relação do Brasil com os Estados Unidos, como fatores para a construção de imperialismos, que ambos representavam na América da Sul e no mundo.

Assim, compactuando da idéia do historiador Tácito Rolim, a cessão da Ilha de Fernando de Noronha aos Estados Unidos se constituiu em um dos momentos mais interessante de nossa história, “em que tudo parecia possível e factível” de acontecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Correio do Povo, 27 de junho de 1957.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Diário de Pernambuco, 22 de janeiro de 1957.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Diário de Pernambuco, 11 de fevereiro de 1956.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Diário de Pernambuco, sexta-feira, 02 de março de 1956 - ACIMA DA POLITICA, NO COMBATE AO COMUNISMO.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Diário de Pernambuco, 15 abril de 1958 - ENERGIA ARMAZENADA PELO SOL.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Diário de Pernambuco; sexta-feira; 02 de março de 1956 – ACIMA DA POLÍTICA, NO COMBATE DO COMUNISMO - DECLARAÇÃO DE EISENHOWER.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Folha da Manhã, 01 de março de 1957.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Folha do Povo, 03 de fevereiro de 1957.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Folha do Povo, 10 de novembro de 1957.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Folha do Povo, quarta-feira, 08 de março de 1956.

medo. (Coleção História em Movimento). 2ª edição, São Paulo: Ática, 1999. pp 50.

APEJE; Fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Jornal do Comércio, 11 de março de 1950. Segundo o ministro Raul Fernandes em discurso proferido num jantar de recepção à comissão norte-americana reunidos no Rio de Janeiro para a 3ª Conferência de embaixadores da América.

APEJE; fundo SSP/DOPS; Prontuário nº 4071; Jornal do Comércio, 29 de outubro de 1957.

APEJE-PE, Hemeroteca; Diário de Pernambuco; quinta-feira; 29 de março de 1956 – SOLIDARIEDADE CONTINENTAL.

APEJE-PE; Arquivos Permanentes; série FN; volume 02; fl. 352; 18 de agosto de 1838.

Carta da Organização dos Estados Americanos; Capítulo IV - Direitos e Deveres Fundamentais dos Estados. Artigos 13 e 16.

COSTA, Francisco Pereira da. *A Ilha de Fernando de Noronha*. Pernambuco, 1887 – ao relatar a narrativa de Américo Vespúcio na 3ª viagem exploratória ao Brasil realizada em 1503.

DIAS JÚNIOR, José Augusto & ROUBICEK, Rafael. *Guerra Fria, a era do medo*. (Coleção História em Movimento). 2ª edição, São Paulo: Ática, 1999.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*/ organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil Republicano; v3).

OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. O conceito de soberania perante a globalização. In: revista CEJ, Brasília, n. 32, p. 80-88, jan/mar, 2006.

Relatório do Curso Superior de Guerra: *o papel de Fernando de Noronha no quadro da segurança nacional*, ESG (Escola Superior de Guerra), 1960.

ROLIM, Tácito Thadeu Leite. “*Giram os Sputniks nas Alturas, Ferve a Imaginação nas Planuras*”: a ciência e o bizarro no Ceará em fins da década de 1950. Dissertação de mestrado em História Social – Ceará: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2006.

TAVARES, General A. de Lyra. *Segurança nacional: antagonismos e vulnerabilidades*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Ministério da Guerra, 1958.

VIEIRA, Pontes. *Reorganização Administrativa e Desenvolvimento Planificado de Fernando de Noronha*. – Departamento Administrativo do Serviço Público e Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas. – serviço de documentação do DASP (seção de publicações). Departamento de Imprensa Nacional, RJ, 1958.

WRZOS, Conrad. *Juscelino Kubitschek: Estados Unidos – Europa*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.